



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DO ACRE

PRÓ-  
REITORIA DE  
GRADUAÇÃO

## PLANO DE CURSO

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Curso: Ciências Sociais

Disciplina: CFCH639 - Ciência Política e Direitos Humanos

Créditos: 4-0-0

Pré-requisitos:

Co-requisitos:

Carga Horária: 60h/a

CH de Acex:

Encontros: 15

Natureza da Disciplina: Optativa

Semestre Letivo/Ano: 2025.1.

Dias/horários de aula: Terça-feira, 19:00h - 22h30.

Professor(a): Prof.º Dr. Nilson Euclides da Silva / Prof.º Dr. Thales Torres Quintão

### I- Ementa:

Os direitos humanos em uma perspectiva da Ciência Política. Os pressupostos teóricos e metodológicos para uma discussão contemporânea sobre o tema. História das violações dos Direitos Humanos no Brasil. Políticas públicas e Direitos Humanos no Brasil.

### II- Objetivos de Ensino

#### 1 - Objetivos Gerais

Buscar-se-á apresentar aos discentes os principais pensadoras e pensadores, obras, problemas e perspectivas sobre a temática dos Direitos Humanos dentro do Campo da Ciência Política, demonstrando a sua relação com a formação do Estado Moderno e Contemporâneo, sua historicidade e desenvolvimento e as diferentes interpretações dentro das correntes democráticas.

#### 2 - Objetivos Específicos

A proposta do programa buscará instrumentalizar os alunos com algumas abordagens históricas e conceituais de temas importantes nos estudos sobre a formulação, mudanças e concretizações contingenciais a respeito dos direitos humanos e suas violações, bem como suas relações com a construções da cidadania e o seu processo de institucionalização e formulação de políticas públicas, tomando como foco o caso brasileiro:

- a) conceito e a evolução histórica dos direitos humanos;
- b) formação do Estado Moderno a noção de direitos humanos;
- c) construção da cidadania no Brasil: conflitos e transformações;
- d) correntes democráticas e diferentes interpretações acerca dos direitos dos cidadãos;
- e) direitos humanos, política democrática e comunidade internacional
- e) reivindicação da representação, inclusão e novos direitos;
- f) instâncias de defesa dos direitos humanos no Brasil
- g) políticas públicas e institucionalização dos direitos humanos no Brasil;

### III - Conteúdos de Ensino

Unidades Temáticas (ampliar as unidades, se necessário)

C/H

Introdução - Poder, Formação do Estado Moderno e Direitos Humanos

18 h/a

Unidade 1 - Estado Moderno, Democracia e Constituição da Cidadania.

18 h/a

Unidade 2 - Democracia, Representação e Justiça Social.

18 h/a

Unidade 3 - Estado Brasileiro, Violações dos Direitos Humanos e Políticas Públicas

18 h/a

### IV - Metodologia de Ensino

O desenvolvimento das aulas dar-se-á mediante exposição-dialogada do professor, leituras de textos e desenvolvimento de resenhas críticas realizados pelos alunos, discussão aberta ou dirigida, realização de seminários e apresentações e trabalhos individuais e/ou em grupos.

### V - Recursos Didáticos

Livros e textos disponibilizados on-line via Google Drive ou xerocopiados, filmes, aulas expositivas e dialogadas, debates, quadro branco e data-show.

## VI - Avaliação da Aprendizagem

### Para compor a nota N1:

- Prova escrita individual com conteúdos trabalhados na Introdução e Unidade I: **5,0 pontos**.
- Apresentação e resenha crítica de um texto escolhido da Unidade II: **5,0 pontos**.

### Para compor a nota N2:

- Debate e trabalho escrito em grupo sobre filme a ser exibido na Unidade II: **5,0 pontos**.
- Seminários Unidade III - Políticas de Direitos Humanos: reflexões e análise crítica. Apresentação e entrega de trabalho escrito **5,0 pontos**.

### Avaliação Final:

- Prova escrita individual, aplicada ao aluno que não atingir a média necessária nas atividades programadas (média aritmética entre N1 e N2  $\geq$  8,0 pontos).

## VII - Bibliografia

### 1 - Bibliografia Básica

ALVES, José A. Lindgren. Os Direitos Humanos como tema global, São Paulo: Perspectiva, 1994.

BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MENDEZ, J.E., O'DONNEL, G., PINHEIRO, P.S. Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

### 2 - Bibliografia Complementar

ADORNO, Sergio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri - Revista da USP, Dossiê Judiciário, nº 21, 1994.

ALVES, José A. Lindgren. Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos, São Paulo: FTD, 1997.

ARENDT, H. As origens do totalitarismo, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

COMPARATO, F.K. A afirmação Histórica dos Direitos Humanos, São Paulo: Saraiva, 2003.

### 3 - Bibliografia Sugerida

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p.

AVELINO, D. P.; FONSECA, I. F.; POMPEU, J. C. B. (orgs.). Conselhos Nacionais de Direitos Humanos: uma análise da agenda política. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9973>.

BARBOSA, K. B.; SANTOS, F. A.; BRASIL, M. G. M. Direitos Humanos e segurança pública no Brasil: caminhos que se cruzam. Trabalho apresentado na Semana de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará, 2022. Disponível em: [https://www.uece.br/cesa/wp-content/uploads/sites/32/2022/06/direitos\\_humanos\\_e\\_seguranca\\_publica\\_no\\_brasil.pdf](https://www.uece.br/cesa/wp-content/uploads/sites/32/2022/06/direitos_humanos_e_seguranca_publica_no_brasil.pdf).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, n. 105, p. 5-12, 1998. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/715>.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Os direitos humanos como valor universal. Lua Nova, São Paulo, n. 34, p. 123-130, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/8GCM9kByj5jGxMsZNHZSWkG/>.

COMPARATO, B. K. As ouvidorias de Polícia no Brasil: controle e participação. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - USP, 2005. 262p. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/rubenspinto/a\\_pdf/tese\\_bruno\\_comparato\\_ouvidorias.pdf](https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/rubenspinto/a_pdf/tese_bruno_comparato_ouvidorias.pdf).

COMPARATO, B. K. Ouvidorias Públicas como instrumento para o fortalecimento da democracia participativa e para a valorização da cidadania. In: MENEZES, R. A.; CARDOSO, A. S. R. (orgs.). Ouvidoria Pública Brasileira: reflexões, avanços e desafios, 2016, p. 43-54. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9710/1/Ouvidorias%20publicas.pdf>.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>.

DIAS, Wladimir Rodrigues. Cidadania e teoria democrática. In: DE RESENDE, A. J. C. (org.). Poder legislativo e cidadania. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2015. p. 169-224.

FILGUEIRAS, C. A. C. O padre e o magistrado sacodem a política pública: sociedade, instituições e pessoas em situação de rua no Brasil. Revista em Sociedade, v.6, 2024, pp. 166-193. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/emsociedade/article/view/34876/22953>.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, n. 14/15, 2006.

HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: <https://dlivros.com/livro/invencao-direitos-humanos-lynn-hunt>

HIRSCHLE, Júlia Teixeira; CAMPOS, Luiz Augusto. Por que grupos minoritários merecem mais espaço na representação política? Uma revisão de escopo. Revista de Sociologia e Política, v. 33, p. e0003, 2025.

KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/28be0c21-6234-3370-b4b0-1d31308fd67a/>

LYRA, R. P (org.). Os Direitos Humanos e os desafios do Século XXI: uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002, 256p.

LYRA, R. P. Ouvidor: o defensor dos direitos na administração pública brasileira. In: LYRA, R. P. (org). Autônomas x obedientes: a ouvidoria pública em debate, p. 119-152. João Pessoa: Ed. UFPB, 2004. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Ouvidorias.pdf>.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. Clássicos da política. São Paulo: Ática, 2002.

MONAGREDA, J. K.; SILVA, A. C. F. Desenho institucional e mudanças no status quo: considerações sobre as políticas de igualdade racial no Brasil. In: CUNHA, E. S. M.; THEODORO, H. D. (orgs.). Desenho Institucional, Democracia e Participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas, 2014, pp. 297-312.

PAOLI, M. C. Empresas de Responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 375-418.

PEREIRA DA ROCHA, Alexandre. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 84-100, 2013. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/206>.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. Clássicos da política. Tradução. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, B. de S.; AVRTIZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SILVA, L. H. P. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. e-cadernos CES [Online], 17, 2012, pp. 85-111. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/04.LaysSilva.pdf>.

SILVA, P. N.; SIQUEIRA, F. População em Situação de Rua e Direitos Humanos: reflexões preliminares. SCIAS Dir. Humanos e Educação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 80-97, ago./dez. 2018.

SOMARRIBA, Valentina Gomes. Um passo para frente, dois passos para trás: o tortuoso caminho da cidadania no Brasil, de 1930 aos dias atuais. In: DE RESENDE, A. J. C. (org.). Poder legislativo e cidadania. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2015, p. 49-68.

STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria L. (orgs.). Direitos humanos no Brasil 2024: Rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2024/12/Revista-Direitos-Humanos-2024.pdf>

TOSI, Giuseppe (org.). Direitos humanos: história, teoria e prática. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

TENHERI, Lauriê Caroline; GARCEZ, Gabriela Soldano. Democracia e direitos humanos: uma relação intrínseca. Leopoldianum, v. 47, n. 125, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1346>.

YOUNG, Iris M. Representação Política, Identidade e Minorias. Lua Nova, 67: 139, p. 139-190, 2006.

ZAVERUCHA, J. O papel da ouvidoria de polícia. Sociologias, ano 10, nº 20, 2008, p. 224-235. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qcG6zxTKmGwjDQBwFTV6GSm/?format=pdf&lang=pt>.

**Relatórios, convenções e documentos legais:**

- Constituição Brasileira (principalmente arts. 5º ao 15)
- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)
- Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
- Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966)
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965)
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969)
- Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (2011)
- Relatório de Desenvolvimento Humano (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU - Agenda 2030
- Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- Estatuto do Idoso;
- Estatuto da Igualdade Racial
- Estatuto do Torcedor

**Websites:**

Direitos Humanos: [dhnet.org.br](http://dhnet.org.br)

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos: <https://acnudh.org/pt-br/>

Organização das Nações Unidas - ONU: <https://brasil.un.org/pt-br>

Anistia Internacional Brasil: [anistia.org.br](http://anistia.org.br)

Humans Right Watch: <https://www.hrw.org/>

**VIII- Cronograma da Disciplina**

**Período de realização:** 10/06/2025 a 30/09/2025.

**Dia e Horário de Execução:** Terças-feiras, 19:00h - 22:30h.

<b>Unidades Temáticas (ampliar, se necessário)</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Introdução: Poder, Formação do Estado Moderno e Direitos Humanos. (4 Encontros).	10/06/2025	01/07/2025
Unidade 1 - Estado Moderno, Democracia e Constituição da Cidadania (4 encontros).	08/07/2025	29/07/2025
Unidade 2 - Democracia, Representação e Justiça Social (4 encontros)	05/08/2025	26/08/2025
Unidade 3 - Estado Brasileiro, Violações dos Direitos Humanos e Políticas Públicas (3 encontros)	02/09/2025	16/09/2025
<b>Avaliação da aprendizagem (ampliar, se necessário)</b>	<b>Data de Realização</b>	
Avaliação 1 - N1 – Prova escrita com parte dos conteúdos trabalhados na Introdução e Unidade I: <b>5,0 pontos</b> .	01/07/2025	
Avaliação 2 - N1 -Apresentação e entrega de resenha crítica de texto a ser escolhido da Unidade 2: <b>5,0 pontos</b> .	29/07/2025	
Avaliação 1 - N2 - Debate e trabalho escrito analítico em grupo do filme - Quanto Vale ou é Por Quilo -: <b>5,0 pontos</b> .	26/08/2025	
Avaliação 2 - N2 – Seminários em grupo Unidade 3: Políticas de direitos humanos no Brasil: reflexões e análise crítica: <b>5,0 pontos</b> .	16/09/2025	
Realização da Prova Final	30/09/2025	

**Aprovação do Colegiado de Curso** (Regimento Geral da UFAC, Artigo 70, inciso II). Informar o fundamento regimental de elaboração e aprovação, indicando o dia da reunião do Colegiado de Curso que homologou o Plano de Curso.

Exemplo: Plano de Curso elaborado nos termos do §2º, Art. 243 do Regimento Geral da Ufac, apreciado e homologado pelo Colegiado do Curso ....., em reunião realizada em ..... de ..... de ....., conforme estabelecido no Regimento da Ufac, Art. 70, II.

Local e Data

Nome e Assinatura do(a) Professor(a)